

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 398-410.

A MODERNIZAÇÃO (ÀS AVESSAS) DE UMA DITADURA QUE (NÃO) MUDOU O BRASIL (MODERNIZATION (BACKWARDS) OF A DICTATORSHIP TO (NOT) CHANGED THE BRAZIL)

RESENHA DA OBRA: FILHO REIS, DANIEL AARÃO; RIDENTI, MARCELO; MOTTA, RODRIGO PATTO SÁ
(ORGS.). **A DITADURA QUE MUDOU O BRASIL: 50 ANOS DO GOLPE DE 1964**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2014.

ME. RAFAEL LEITE FERREIRA
Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco
rafaleferr@hotmail.com

Resenhar uma obra é sempre um desafio. Transformar um livro de outra pessoa em poucas páginas é uma tarefa difícil que exige cuidado, atenção e concisão. Aqui, proponho-me a resenhar a obra “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964”, organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, publicada, em 2014.

O livro foi editado no bojo da passagem dos 50 anos do golpe civil-militar e dos 35 anos da edição da Lei de Anistia, momento em que diversos seminários, reportagens especiais, pesquisas, obras e documentários foram feitos acerca do golpe de 1964 e do regime autoritário que se seguiu. As conhecidas dificuldades que todo autor enfrenta ao resenhar uma obra de outrem não foram diferentes na supracitada obra. Pelo contrário. Resenhar essa obra foi uma tarefa extremamente complicada, não apenas pela dificuldade de reduzir um livro de aproximadamente 300 páginas em poucas laudas, mas, principalmente, pela grande variedade de autores e, conseqüentemente, de abordagens existentes. A saber, a obra é uma coletânea de 13 capítulos, escrita por 15 autores.

De maneira geral, pode-se dizer que o objetivo central dos autores foi demonstrar determinado lado da ditadura, que vai além da conhecida e temida repressão política. Ou seja, os pesquisadores objetivaram apresentar também o lado modernizante do regime, através do qual se estimulou o agronegócio, se incentivou a industrialização e inúmeros programas destinados a proteger a produção nacional e aumentar a escala de produção, particularmente de bens de consumo durável, se fomentou pesquisas, verbas e financiamentos ao ensino técnico e tecnológico e às universidades, se incrementou bolsas de estudo para formação de docentes no exterior, se aumentou o número de universidades federais e estaduais e se intensificou a urbanização do país.

Portanto, nas páginas que se seguem, procurarei resenhar essa obra, fazendo, em uma rápida abordagem, um resumo de cada capítulo e, ao final, algumas considerações mais gerais sobre o livro.

O primeiro capítulo escrito por Daniel Aarão ratifica algo que o autor vem defendendo em seus últimos trabalhos: a ideia de uma “ditadura curta” – isto é, que o fim da ditadura ocorreu em 1979, com a revogação dos Atos Institucionais e a promulgação da Lei de Anistia –, e de uma ditadura que foi civil-militar. O objetivo de

Aarão nesse capítulo foi mostrar que há uma “cultura política nacional-estatista” vigente no Brasil desde o Estado Novo. A impressão geral que fica deste capítulo é que, do ponto de vista historiográfico, Aarão fez chover no molhado, não apresentando nenhuma originalidade sobre o assunto.

Apesar de o “nacional-estatismo” ser um tema bastante explorado por diversos especialistas brasileiros, Aarão não citou nenhum autor que tenha discutido essa temática. O seu texto é centrado em si mesmo. Essa estratégia de Aarão vem sendo já denunciada há algum tempo. Alguns historiadores apontam que Aarão faz parte hoje de um conjunto de historiadores revisionistas que se propõe a “reinventar a roda historiográfica” e apresentar a sua pesquisa como sendo a última descoberta ou a palavra final nos estudos sobre o tema.

A falta de uma discussão historiográfica levou Aarão a cometer duas confusões centrais ao longo de seu texto. A primeira é que fica incompreensível o que ele quis denominar de “cultura política nacional-estatista”. O autor junta um amontoado de conceitos – “centralização estatal”, “integração nacional”, “nacionalismo” etc. – sem discuti-los ou criticá-los. Outro equívoco grosso de Aarão é o anacronismo, isto

é, ter procurado compreender uma mesma característica, o “nacional-estatismo”, em diversas conjunturas, sem trabalhar e levar em consideração as enormes diferenças existentes entre elas.

Afinal de contas, embora concordemos com a tese do autor de que o “nacional-estatismo” tenha sobrevivido no país desde o Estado Novo, não podemos esquecer que essa política se metamorfoseou ao longo do tempo. Obviamente, a “política nacional-estatista” do presidente Vargas não foi a mesma dos militares e dos governos democráticos recentes.

O segundo capítulo foi escrito por Marcelo Ridenti. A intenção do autor foi realizar uma breve análise sobre a relação dialética de resistência e integração das oposições na ditadura. Ridenti alicerçou seu texto nos argumentos gramsciano e weberianos que nenhum Estado se torna hegemônico fazendo uso apenas da força e da autoridade. Qualquer regime precisa construir bases de legitimidade para o estabelecimento e preservação de seu projeto de dominação.

Assim, Ridenti buscou apontar que o partido de oposição oficial, o MDB, foi criado pelos militares com a finalidade de transmitir nacional e internacionalmente a imagem de um regime democrático e legal que, além de

ter um sistema político-partidário consolidado, respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais.

No terceiro capítulo, Rodrigo Patto Sá Motta realizou uma versão resumida de suas recentes pesquisas sobre as políticas universitárias do regime militar. Percebe-se nesse capítulo dois grandes objetivos do autor. O primeiro foi demonstrar que, para além das ações repressivas, as relações do regime militar com os meios acadêmicos e intelectuais foram permeados por jogos de acomodação, negociação e cooptação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração. O segundo objetivo foi enfatizar que o projeto de governo dos militares não correspondeu a uma rejeição total aos projetos defendidos no contexto do governo João Goulart.

Para Motta, assim como no caso da política agrária, as reformas universitárias lançadas pelos militares foram inspiradas em ideias circulantes no pré-64, que defendiam, entre outras coisas, a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa com o regime de trabalho de dedicação integral. No entanto, a reforma universitária de 1968 não contemplou determinadas propostas em discussão no pré-64, como

o aumento da representação estudantil ou a reivindicação de uma universidade mais voltada aos interesses e demandas populares.

O quarto e quinto capítulos foram escritos pelos economistas Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. Ambos trabalharam sob a perspectiva da história econômica para cobrir o período ditatorial. Enquanto o quarto capítulo abordou as mudanças sociais decorrentes do projeto político-econômico da ditadura; o segundo focou o lado mais econômico *tout court*. Os dois capítulos trazem interessantes gráficos e dados sobre as diferenças salariais por classes sociais, gênero, cor, região e grau de instrução, a política educacional da ditadura, a mobilidade social e geográfica, o crescimento populacional etc.

Contudo, não nos deixou de causar estranheza alguns trechos desses capítulos “[...] [os militares] realizaram grandes avanços no sistema de assistência social”, “[...] o regime militar também implantou um ambicioso programa de saneamento e habitação”, “[...] o período militar marcou a consolidação de um moderno sistema de bem-estar-social”, entre outros. Ao escrever tais pérolas e escamotear alguns outros dados, os autores podem levar alguns leitores pouco conhecedores do tema a pensar que o Brasil passou a

viver uma bonança pós-64 e que não houve um infeliz aumento de parcelas da população que passaram a viver em favelas ou loteamentos irregulares durante os anos autoritários.

Consideramos um equívoco histórico-político realizar um balanço da ditadura entre seus pontos “positivos” e “negativos”. Não se deve realizar uma análise pondo de um lado da balança o crescimento econômico, as obras, a expansão do ensino, entre outros, e, de outro lado, as mortes, as torturas, os desaparecimentos forçados, o sofrimento de centenas de pessoas. As revisões historiográficas a respeito da ditadura são de extrema importância para fazer avançar as pesquisas sobre o tema. No entanto, existem determinadas revisões que atenuam o lado repressivo do regime, ressaltando, por outro lado, o seu aspecto modernizador, considerado positivo em si mesmo. Mas, valerá obras e estradas em detrimento a milhares de mortes causadas por um regime? A verdade é que hoje certas análises parecem querer relativizar as mortes de centenas de pessoas que tombaram na luta contra a ditadura.

O sexto capítulo foi escrito por Renato Ortiz e cobriu a temática cultural. O eixo de suas reflexões foi a tensão existente entre a ideologia dos militares e a

indústria cultural. Inicialmente, o autor realizou uma análise sobre o conceito de “modernização conservadora”, elaborado pelo sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr., para demonstrar que diversos autores brasileiros utilizaram equivocadamente a expressão, pois a conceberam dentro do regime militar como sinônimo de uma modernidade “incompleta”, “parcial”.

Renato Ortiz procurou demonstrar que longe de uma modernidade “inacabada”, a política dos militares acerca das produções artísticas foi extremamente dinâmica. Para ele, o período ditatorial coincidiu com a emergência de uma sociedade de consumo e o advento da “indústria cultural”. Entre 1965 e 1979, por exemplo, foram criados inúmeros órgãos governamentais voltados para as produções culturais: Embratel, Conselho Federal de Cultura, Embratur, Ministério de Telecomunicações, Embrasil, Telebrás, Funarte, Radiobrás etc.

Em outras palavras, para Ortiz, o controle e a censura exercidos pela ditadura – que levaram muitos autores a falar em uma “modernização interrompida” – não impediram a “expansão modernizadora” das produções artísticas no país. Pelo contrário. A indústria cultural, privilegiando uma concepção mercadológica

em detrimento ao engajamento político, cresceu exponencialmente. Alguns dados, por exemplo, mostram tal crescimento:

- a) área cinematográfica – na década de 1950, a média anual de filmes produzidos no Brasil girava em torno de 32 películas; em 1975 foram produzidos 89 filmes, número que subiu para 103 em 1980;
- b) área musical – a década de 70 foi o momento em que se consolidou a indústria fonográfica explorada pelas empresas nacionais e internacionais; se expandiu o público consumidor; ocorreu transformações técnicas na área da gravação; e desenvolveu-se um notável crescimento no número de shows de MPB, Tropicália, rock nacional, música pop e festivais de música de televisão;
- c) área editorial – na ditadura surgiram diversas revistas comerciais voltadas para os públicos infantil, masculino e feminino;
- d) área publicitária – surgiram grandes agências de publicidade, novas associações de profissionais, o Conselho Nacional de

Propaganda (1964), a Federação Brasileira (1969), além de multiplicarem-se os institutos de pesquisa mercadológica como Gallup, Simonsen, Audi-TV, Nielsen, LPM etc.

No sétimo capítulo, escrito por Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana, a análise foi sobre o “novo sindicalismo”. Todo o capítulo procurou responder uma simples e polêmica questão: teria envelhecido o “novo sindicalismo”, aquele vigoroso movimento sindical brasileiro de meados dos anos 1970-1980? A saber: o “novo sindicalismo” é como se convencionou chamar o período histórico do movimento sindical brasileiro iniciado pela luta por reposição salarial, em 1977, e, sobretudo, pela explosão das greves operárias, que se espalharam pelo país, em fins da década de 1970 e início de 1980. A tese dos autores é que terminado o período da ditadura e, especialmente, após o país ter abraçado de uma forma cabal as políticas neoliberais, o “novo sindicalismo”, movimento construído a partir de lutas históricas da classe trabalhadora, perdeu força e combatividade, caminhando para uma posição cada vez maior de adequação à estrutura sindical corporativista.

Para refletir sobre os atuais impasses e desafios enfrentados pelo “novo sindicalismo”, os

pesquisadores realizaram um breve histórico do movimento sindical brasileiro, da implantação da estrutura sindical durante o governo Vargas até a situação do sindicalismo durante o governo Lula – que fez do campo sindical um de seus principais aliados por meio de uma política de mão dupla que contraditava diretamente os princípios norteadores da criação da CUT e a prática do “novo sindicalismo”.

Para os autores supracitados, à medida que o governo Lula distribuíra cargos na alta burocracia à cúpula sindical e destinava verbas e outros fundos estatais às centrais sindicais, retirava destas toda e qualquer possibilidade de desenvolverem uma ação mais coerente com os interesses definidos pelo operariado como classe. Diante dos graves dilemas vividos hoje pelo sindicalismo brasileiro, Ricardo Antunes e Marco Santana indicam que talvez já precisemos lançar um “novo” no “novo sindicalismo”.

O capítulo seguinte foi escrito por Anderson da Silva Almeida. Segundo o jovem historiador, ao longo das décadas, foram se construindo diferentes versões acerca do movimento dos marinheiros deflagrado no dia 25 de março de 1964, sendo a mais difundida aquela que apresenta o presidente da Associação dos Marinheiros, José Anselmo dos Santos (o “cabo

Anselmo”), como um agente infiltrado da CIA/EUA para provocar agitação e insubordinação na associação. Para o autor, essa interpretação – que não passa de uma suposição, pois não há qualquer comprovação documental – acaba por esconder todos os processos envolvidos nesse emblemático evento e coloca a marujada brasileira como um grupo passivo e amorfo que foi “manipulado” pela inteligência norte-americana.

Por discordar dessa sedutora tese, Anderson traçou um breve histórico da Associação dos Marinheiros, de sua fundação, em 1963, até o seu fechamento, ocorrido logo após o golpe de 64, apresentando os motivos que levaram ao surgimento e ao rápido crescimento da entidade, as principais reivindicações dos marinheiros à época e os principais grupos e movimentos populares que prestavam solidariedade à Associação. Outra contribuição dada por Anderson foi o desmonte da difundida (e infeliz) ideia lançada pelo jornalista Elio Gaspari de que a mobilização dos marujos foi a “baderna dos marinheiros”, a “grande baderna”, que “desmoralizava” e promovia a “anarquia” e a “indisciplina” nas Forças Armadas, obrigando os “oficiais” a suportarem “situações vexatórias”. Anderson demonstrou, em várias passagens, o desejo dos líderes da marujada, incluindo

o próprio presidente da Associação, de conciliar com a Marinha. Como se sabe, devido às posições reacionárias dentro da Esquadra, notadamente a do ministro Silvio Motta – que determinou a prisão dos organizadores da assembleia do dia 25 de março pelo “crime de insubordinação” – a proposta da Associação acabou por não ser aceita.

O nono capítulo da obra ficou a cargo de Mariana Joffily. Certamente o seu objeto de pesquisa versou sobre um dos temas mais complexos do período ditatorial: a estrutura da repressão e os seus repressores. De fato, é um assunto “sensível”, não apenas porque trata de informações delicadas em função da possibilidade de exposição das vítimas (e aqui não é preciso ressaltar que os “arquivos repressivos” incluem milhares de exageros, falsidades, distorções, imprecisões e erros), mas porque também o estudo do aparato repressivo envolve o sinistro “pacto de silêncio” firmado pelos ex-integrantes do sistema repressivo e o pesquisador se depara com o penoso fato de que considerável parcela da documentação foi ocultada ou destruída e ainda existe hoje uma forte obstrução de acesso aos arquivos oficiais – apesar da instituição da Lei de Acesso à Informação, em 2011.

Por motivos de tempo e espaço, torna-se impossível esmiuçar aqui todas as questões tratadas ao longo do capítulo de Joffily. Em geral o que se pode dizer é que o referido texto é uma excelente leitura para todos aqueles que desejam entender a complexa engrenagem do aparato repressivo da ditadura, desde a sua arquitetura no final da década de 1960 – a criação da OBAN, dos CODI-DOIs –, ao seu progressivo desmantelamento iniciado na gestão Geisel.

O décimo capítulo foi escrito por Carla Simone Rodeghero. A atenção da autora foi em torno dos significados e das conseqüências da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, popularmente denominada de Lei de Anistia. Inicialmente Rodeghero fez uma breve análise teórica sobre a Lei de Anistia promulgada em 1979, buscando demonstrar que muito da proposta governamental para a sua criação esteve embasada no ideal do “esquecimento” – ideal este defendido pelo senador baiano Ruy Barbosa no início do século XX. Para ele, as anistias eram como “o véu do eterno esquecimento” que cicatrizava as feridas e repunha as coisas no lugar em que se encontravam antes dos conflitos políticos.

Ao longo do capítulo, Rodeghero procurou demonstrar também que durante a ditadura diversas

propostas de Lei de Anistia vieram à tona, contudo, todas foram derrotadas. A menção à necessidade de anistia aos perseguidos do regime veio a público, por exemplo, logo nos primeiros dias após o golpe de 64. Durante as décadas de 1960 e 1970 diversas outras propostas também foram apresentadas pelo MDB.

Para a autora, o projeto de distensão política apresentado por Geisel no início de sua gestão foi visto por algumas mulheres como uma brecha para o início da campanha pela anistia. O início da distensão impulsionou a montagem do Movimento Feminino pela Anistia e, posteriormente, do Comitê Brasileiro pela Anistia com núcleo em diversas cidades do país. Em junho de 1979, o presidente Figueiredo apresentou um projeto de Lei de Anistia que – diferentemente da proposta apresentada pelos movimentos sociais – não era ampla, geral e irrestrita, excluía parte dos perseguidos e beneficiava os agentes da repressão. Nesta proposta, a anistia seria parcial e recíproca.

Vale ressaltar que o caráter polêmico e bilateral da Lei de Anistia de 1979 é originário, em grande parte, da vaga expressão “crimes conexos aos políticos” afixada no art. 1º. Rodeghero salientou que o termo “crime conexo” já fazia parte de outras anistias ocorridas no país (1930, 1934 e 1945), no entanto, nessas

experiências, a noção não era associada – como passou a ser no final dos anos 70 – à reciprocidade da anistia. Na Lei de 1979, ao se apropriarem da expressão “anistia aos crimes conexos”, e ao lhe darem um sentido diverso das anistias anteriores, os militares tentaram proteger o Estado e seus agentes de uma culpa que, naquele momento, em contraste com 1945, já era possível e era demandada.

O décimo primeiro capítulo da obra foi de autoria de Janaína Martins Cordeiro. Trata-se de um estudo de caso sobre as relações da cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, com os anos de chumbo. A pequena e distante cidade de Bagé é a terra natal de Emílio Garrastazu Médici, presidente do Brasil, entre 1970 e 1974. A autora procurou demonstrar que o processo de transformação memorialístico ocorrido em nível nacional não diferiu daquele ocorrido em Bagé.

Em seu capítulo, Janaína Cordeiro salientou que, no início dos anos 1970, apesar da forte repressão, o presidente Médici gozava de uma notável popularidade, alcançada, especialmente, pelas altas taxas de crescimento econômico vividas no país. Em Bagé, o “conterrâneo ilustre”, recebeu toda sorte de afagos e homenagens – nome de escola, comenda, estrada, além de ter sido criado um centro de estudos (a Fundação

Emílio Garrastazu Médici) destinado à guarda e à preservação do acervo e da memória do “ilustre bajeense”.

Contudo, a partir de meados dos anos 80, à medida que o processo de transição democrática avançava, o quadro memorialístico do país se alterou profundamente. Com o tempo, a memória dos anos de chumbo, que apontava Médici como um carrasco ditador, foi prevalecendo sobre a dos anos de ouro, e cada vez menos brasileiros se lembravam do (popular) presidente, que ia aos estádios com o seu radinho de pilha. De acordo com Janaína, essa mudança no plano memorialístico também pode ser sentida em Bagé. Se, nos anos 70, a cidade se orgulhava de seu “conterrâneo ilustre”, após a ditadura, expressiva parcela da cidade, especialmente os mais jovens, passaram a ter uma visão negativa sobre Médici, ao ponto de alguns se envergonharem e outros o relegarem ao abandono ou ao completo silêncio.

No capítulo seguinte, Miriam Hermeto traçou um breve panorama do campo teatral brasileiro durante a ditadura militar, identificando as diferentes tendências da dramaturgia nacional, com maior ênfase na proposta de um teatro engajado, a exemplo do espetáculo “Gota

D'Água”, de Paulo Pontes e Chico Buarque, entre os anos de 1975 e 1980.

O ambiente cultural brasileiro, vivido durante as décadas de 1950 e 1960, com a presença de novas ideias culturais que entravam em choque com o status quo, possibilitou o surgimento de vários importantes movimentos artísticos, tais como os Centros Populares de Cultura da UNE, a Imprensa Alternativa, o Teatro dos Grupos Oficina e Opinião, a Música Popular Brasileira, o Cinema Novo, o legendário Teatro de Arena, entre outros.

O efervescente ambiente cultural brasileiro do pré-64, com a presença de novas ideias culturais que entravam em choque com o status quo, possibilitou o surgimento de vários importantes movimentos artísticos, tais como os Centros Populares de Cultura da UNE, a Imprensa Alternativa, o Teatro dos Grupos Oficina e Opinião, a Música Popular Brasileira, o Cinema Novo, o legendário Teatro de Arena, entre outros. Com a instalação do regime ditatorial, o foco contestatório do campo teatral não mudou. Durante esse período, as principais peças do país buscaram chamar a atenção do público para a questão do controle e da perseguição às manifestações artísticas, cumprindo assim um papel

fundamental de resistência cultural à repressão e à falta de liberdade.

Contudo, em meados de 1980, com a volta à democracia, o campo teatral passou cada vez mais a se dedicar aos interesses comerciais. O espetáculo “Gota D'Água”, problematizado por Miriam Hermeto, é o caso, por exemplo, de um grupo teatral que, por diversos motivos políticos e financeiros, foi se desengajando e alterando a sua linguagem estética – tendência essa, é importante ressaltar, que virou predominante em outras peças a partir dos anos 90.

O último capítulo do livro foi escrito por Miriam Gomes Saraiva e Tulio Vigevani. O objetivo destes autores foi analisar, sob uma perspectiva comparada, a política externa brasileira durante os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2009). Segundo os autores, os presidentes Jânio Quadros e João Goulart – influenciados pelo modelo de industrialização por substituição de importações e pelas ideias nacional-desenvolvimentistas defendidas pela CEPAL e o ISEB – adotaram uma “política externa relativamente independente”, tendo como principal foco o abandono do americanismo e a abertura do país para relações

econômicas com outras nações (inclusive, algumas tidas como comunistas).

A segunda política externa analisada por Miriam Gomes Saraiva e Tulio Vigevani foi a do governo Geisel, denominada de “pragmatismo responsável”. Segundo os autores, devido à crise econômica internacional resultante da crise do petróleo de 1973, a expressão “Brasil potência” (utilizada durante o governo Médici) foi alterada pelo mais realístico e pragmático mote “Brasil potência emergente”. Isso levou a uma superação quase completa da ideia de fronteiras ideológicas instituída pelos governos militares anteriores. A diplomacia brasileira, durante o governo Geisel, ao mesmo tempo em que se distanciou dos embates leste-oeste, comunismo-capitalismo, buscou novos parceiros comerciais, a exemplo dos países árabes, em particular o Iraque, e do acordo nuclear realizado com a Alemanha.

A terceira política externa analisada pelos autores foi a do governo Lula, denominada de “autonomia pela diversificação”, pois a diplomacia brasileira buscou realizar parcerias com países não tradicionais. Grosso modo, pode-se dizer que, no campo internacional, o governo Lula defendeu a reforma das instituições internacionais, buscando mais espaço para a atuação do

país – a exemplo da participação no grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) através do qual se tentou a revisão da ordem internacional, inclusive o FMI e o Banco Mundial –, buscou uma atuação universalista, formando parcerias com países emergentes e procurou, à medida do possível, uma “atuação autonomista”.

Diferentemente do primeiro capítulo dessa obra escrito por Daniel Aarão, o texto de Miriam Gomes Saraiva e Tulio Vigevani conseguiu realizar uma perspicaz análise, sob uma perspectiva comparada, acerca de diferentes momentos da história recente do Brasil. Segundo os autores, embora tenha havido enormes diferenças entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart, Ernesto Geisel e Lula, houve também traços de continuidade na política externa brasileira, o que torna os três períodos legitimamente comparáveis. Para os pesquisadores, a principal questão que liga esses governos é que, cada um ao seu modo e por motivos diferentes, tentou o afastamento do americanismo – não excluindo totalmente as relações com os Estados Unidos –, teceu fortes críticas às lógicas hegemônicas no sistema internacional e adotou uma visão classificada como autonomista, nacionalista, realista-desenvolvimentista e universalista (globalista) a partir da diversificação de parceiros.

A questão da modernização ocorrida no Brasil durante os anos de regime militar trazida pelo livro é de extrema importância para uma melhor compreensão desse período recente da história nacional. Entretanto, não poderíamos deixar aqui de mencionar que o livro comete também alguns graves equívocos históricos e políticos. É fato que, após o golpe civil-militar de 64, o Brasil se modernizou, experimentou uma intensa mobilidade social e geográfica com atenuado êxodo rural, o Estado passou a exercer o comando das principais decisões públicas e privadas na área econômica, expandiu o ensino técnico, tecnológico e universitário, vivenciou um exponencial crescimento populacional com expressiva diminuição de mortalidade e aumento da fertilidade etc.

No entanto, muito dessa “modernização” ocorreu fora do controle governamental, não tendo recebido influência direta de estratégias e ações governamentais. A verdade é que a tão propalada “modernização” foi consequência direta de fatores exógenos, como as transformações sociais de âmbito internacional e a expansão do mercado capitalista que buscava fugar a emergente e crescente sociedade de consumo.

Se, por um lado, os militares deram grande incentivo à modernização das instituições do país, por outro, eles próprios barraram outras modernizações. Esta questão fica evidente, por exemplo, quando lembramos as diversas tensões ocorridas entre a ideologia (conservadora) dos militares e a lógica (expansionista e liberalizante) do próprio mercado capitalista. Negar esse conflito, que não foi diminuto, é colocar os militares num papel de protagonismo, como únicos agentes promotores de mudança, e esquecer o papel que o capital expansionista teve nesse período.

Se houve modernização durante o período ditatorial é porque satisfez determinados grupos econômicos. Por isso, defendemos aqui que a modernização ocorrida no Brasil durante esse período deve ser interpretada como uma “modernização às avessas”, pois, na verdade, tratou-se de um velho modelo tradicional que se travestiu de algo novo e moderno e precarizou as condições de vida de milhares de trabalhadores brasileiros.

A MODERNIZAÇÃO (ÀS AVESSAS) DE UMA DITADURA QUE (NÃO) MUDOU O BRASIL (RESENHA),
DE RAFAEL LEITE FERREIRA

REFERÊNCIAS

FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Recebido em, 30/03/2015

Aprovado em, 07/07/2016

Publicado em, 30/07/2016